



Revista Brasileira de CIÊNCIAS DO ESPORTE

www.rbceonline.org.br



ARTIGO ORIGINAL

Os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros e os Congressos Luso-Brasileiros de Educação Física no âmbito das relações internacionais Brasil-Portugal (década de 1960)



Victor Andrade de Melo

Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História e Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Recebido em 16 de abril de 2012; aceito em 11 de junho de 2013
Disponível na Internet em 23 de outubro de 2015

PALAVRAS-CHAVE

História do esporte;
História da educação física;
Relações internacionais;
Relação Brasil-Portugal

Resumo Este estudo objetiva discutir os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros e os Congressos Luso-Brasileiros de Educação Física no âmbito das relações internacionais Brasil-Portugal (década de 1960). Para alcance do objetivo, como fontes foram usados: o Boletim do Ultramar, a Revista de Educação Física e os Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (Enefd). O intuito é lançar novos olhares para a mobilização do esporte no âmbito da política colonial portuguesa, bem como para o relacionamento entre Brasil e Portugal na esfera da educação física/ciências do esporte. Ao fim, chamamos a atenção para a necessidade de avaliar com cuidado as iniciativas contemporâneas semelhantes às investigadas.

© 2015 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos os direitos reservados.

KEYWORDS

Sport history;
Physical education history;
International relations;
Brasil-Portugal relations

Luso-Brazilian Games and Luso-Brazilian Congress of Physical Education in the context of Brazil-Portugal international relations (1960's)

Abstract This study aims to discuss the Luso-Brazilian Games and Luso-Brazilian Congress of Physical Education in the context of Brazil-Portugal international relations (1960's). To reach the goal, as sources were used Boletim do Ultramar, Revista de Educação Física and Arquivos da ENEFD. The aim is to launch new looks to the mobilization of sport in Portuguese colonial policy and to relation between Brazil and Portugal in Physical Education/Sport Science area.

E-mail: victor.a.melo@uol.com.br

<http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2015.10.005>

0101-3289/© 2015 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos os direitos reservados.

PALABRAS CLAVE

Historia del deporte;
Historia de la
educación física;
Relaciones
internacionales;
Relación entre Brasil
y Portugal

At the end, we draw attention to the need to carefully evaluate contemporary initiatives similar to those investigated.

© 2015 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Published by Elsevier Editora Ltda. All rights reserved.

Los Juegos Deportivos Luso-Brasileños y los Congresos Luso-Brasileños de Educación Física en el ámbito de las relaciones internacionales entre Brasil y Portugal (década de 1960)

Resumen Este estudio tiene por objetivo abordar la realización de los Juegos Deportivos Luso-Brasileños y los Congresos Luso-Brasileños de Educación Física en el contexto de las relaciones internacionales entre Brasil y Portugal en la década de 1960. Para alcanzar el objetivo, se utilizaron como fuentes el *Boletim do Ultramar*, la *Revista de Educação Física* y los *Arquivos da ENEFD*. La intención es lanzar nuevas miradas sobre la movilización del deporte en la política colonial portuguesa, así como sobre las relaciones entre Brasil y Portugal en el ámbito de la educación física/ciencias del deporte. Al final, llamamos la atención sobre la necesidad de evaluar cuidadosamente las iniciativas contemporáneas similares a las celebraciones investigadas. © 2015 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos los derechos reservados.

Introdução

No pós-Segunda Grande Guerra, Portugal encontrava-se em uma situação delicada no cenário diplomático internacional. Em função do regime autoritário que persistia naquela nação desde 1933, sua candidatura a membro da Organização das Nações Unidas sequer fora aceita até 1955. Da mesma forma, havia pressões internacionais para que o país encerrasse seus laços coloniais (Pimenta, 2010).

Portugal relutava tanto em adotar uma nova forma de governo quanto em dar fim a sua política colonial. Para responder às múltiplas pressões, entabulou-se uma série de iniciativas, entre as quais investir na construção de uma imagem de que a colonização portuguesa era diferenciada, por promover a “civilização” e respeitar as peculiaridades locais. Nesse sentido, uma das ações mais notáveis foi a mobilização das ideias lusotropicalistas de Gilberto Freyre.¹ Essa aproximação foi a inspiração de outra estratégia adotada: a busca de intensificar a relação com o Brasil, a antiga colônia que supostamente seria a principal comprovação das teses freyreanas.

Considerando esse quadro, este estudo tem por objetivo discutir os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros e os Congressos Luso-Brasileiros de Educação Física, promovidos entre 1960 e 1966, no âmbito das relações internacionais estabelecidas entre Brasil e Portugal. Para alcance do objetivo, como fontes foram usados: o *Boletim do Ultramar*, a *Revista de Educação Física* e os *Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (Enefd)*, periódicos que

refletiam uma posição favorável aos eventos. Também foi usado o *Diário de Lisboa*, mais crítico ao governo português (dentro dos limites possíveis no âmbito de um regime autoritário).

O intuito é lançar novos olhares para a mobilização do esporte no âmbito da política colonial portuguesa, bem como para o relacionamento entre Brasil e Portugal na esfera da educação física/ciências do esporte. Ao fim, chamamos ainda a atenção para a necessidade de avaliar com cuidado iniciativas contemporâneas semelhantes às investigadas.

Os jogos, o congresso e o relacionamento Brasil-Portugal

Com o fim da monarquia brasileira (1889), estremeceram-se as relações diplomáticas com Portugal. Esse quadro começou paulatinamente a mudar, a princípio de forma tímida, com a proclamação da república portuguesa (1910). Além de algumas iniciativas por distintos motivos frustradas, basicamente o relacionamento se estabeleceu por meio de encontros ocasionais até as comemorações do centenário da independência do Brasil (1922), ocasião em que, segundo Marie-Jo Ferreira (2008, p. 119):

Minimizando ao máximo todos os conflitos atuais ou passados entre os dois países, os governos português e brasileiro (...) reinterpretaram a história da separação política de 1822 e afirmaram a modernidade das relações luso-brasileiras, baseadas no conceito de fraternidade.

Embora de pouco efeito prático imediato, estavam lançadas as bases de uma ideia que se exponenciaria nas décadas seguintes: a construção de uma comunidade

¹ Para mais informações sobre o uso, por parte do governo português, das ideias de Freyre, ver Castelo (1998).

luso-brasileira (Santos e Amorim, 2010).² Para Gonçalves (2009, p. 266):

Do período que se segue à Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1960, as relações Brasil-Portugal foram marcadas pela intensidade, pelo alto grau de participação da sociedade e pela importância que os dois Estados a elas emprestavam. Desde que a independência do Brasil foi proclamada, nunca os dois países marcharam tão juntos como nesses anos.

Depois de intensas negociações, com muitos fluxos e refluxos, em novembro de 1953, ainda no governo Vargas, foi assinado entre os países o Tratado da Amizade e Consulta, antes mesmo, perceba-se, do ingresso de Portugal na ONU. Oficialmente configurava-se a ideia de Comunidade Luso-Brasileira.

Ao chegar à Presidência da República, Juscelino Kubitschek não só mantém como estreita o contato com Portugal, regulamenta e age para operacionalizar o Tratado. Para Gonçalves (2009), nesse período observa-se o ápice da relação entre os países. Quatro motivações teriam sido responsáveis por tal proximidade: para o governo português tratava-se de uma estratégia para reduzir seu isolamento diplomático e conseguir um aliado na sua luta pela manutenção das suas colônias na África e na Ásia; para o governo brasileiro havia a ideia de que isso possibilitaria uma maior entrada na Europa e maior proximidade com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), da qual Portugal fazia parte; internamente, no Brasil, havia a influência do grande número de imigrantes portugueses; por fim, não menos importante, devemos lembrar o sucesso da circulação das ideias de Gilberto Freyre nos dois lados do Atlântico.

Portugal considerava que o Brasil tinha grande expressão na América Latina e bom trânsito na ONU e poderia ser sensibilizado para a causa portuguesa tanto por preocupações com a segurança do Atlântico Sul quanto pela mobilização da ideia de que existiam laços de fraternidade em função da língua e de um passado comum (Gonçalves, 2009).

Conformado o novo alinhamento, Portugal efetivamente passou a demandar o apoio do Brasil nas suas questões diplomáticas mais delicadas. Ao mesmo tempo, se encaminhou um maior número de ações para consolidar a imagem de amizade e união entre os dois países. Entre outras iniciativas, são criadas entidades binacionais, reflexões sobre o tema são apresentadas em eventos e periódicos e são feitos congressos luso-brasileiros de vários assuntos,³ inclusive de educação física, que aconteceram em conjunto com os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros.

Os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros e o Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física – 1ª edição – Portugal – 1960

Dentro do conjunto de iniciativas de aproximação entre os países, o Brasil foi convidado a ocupar espaço de destaque nas comemorações do quinto centenário da morte do infante D. Henrique, as festas henriquinas, em 1960. Para Portugal, tratava-se de uma forma de reiterar a tão importante aliança, expressar a gratidão à antiga colônia e mundialmente demonstrar os laços de fraternidade entre os lusófonos, um sinal de que a colonização portuguesa era supostamente distinta emitido em um momento em que cresciam as críticas ao colonialismo português.

Como parte das comemorações henriquinas, entre 3 e 14 de agosto de 1960, e com eventos em várias cidades portuguesas, foram feitos os I Jogos Desportivos Luso-Brasileiros. O evento teve início, portanto, dias antes da chegada de Juscelino a Portugal (6 de agosto), numa semana em que os jornais fartamente exaltaram a presença do presidente brasileiro.

Um dos idealizadores e principais artífices dos Jogos foi João Havelange, que acabara de assumir a presidência da Confederação Brasileira de Desportos e desejava ampliar seu protagonismo internacional. A competição, a ser a princípio organizada a cada dois anos, foi criada para ser uma celebração dos laços de amizade entre os dois países. Sugeriu-se até que não houvesse a tradicional premiação por colocação (ouro, prata e bronze), mas sim que todos recebessem medalhas comemorativas.

Os jornais lisboetas, inclusive o normalmente menos eufórico *Diário de Lisboa*, não pouparam elogios à iniciativa: “Constituiu um espetáculo inolvidável a inauguração no Porto dos Jogos Desportivos Luso-Brasileiros”.⁴ Na reportagem em que comenta a “extraordinária cerimônia, que será sempre recordada”, o periódico enche de elogios o embaixador brasileiro Negrão de Lima, que, em substituição a Álvaro Lins, manifestadamente crítico a Salazar, até no que se refere à sua política colonial, foi um dos responsáveis por alinhar o Brasil com os interesses portugueses. Faz-se questão de observar que: “Cá fora do Estádio, a multidão voltou a aplaudir o Dr. Negrão de Lima, que ergueu os braços, entusiasmado, soltando um viva ao Porto, retribuído com outros vivas ao Brasil e ao Dr. Kubitschek de Oliveira”.

As críticas dos jornais ao evento em momento algum tocaram na questão simbólica que envolvia o evento: mesmo os mais críticos ao governo Salazar viam com bons olhos a aliança com o Brasil. As ressalvas foram relativas à deficiente organização: conclamava-se que isso fosse aperfeiçoado de forma a garantir a continuidade dos Jogos, para exponenciar os ganhos que ambos os países poderiam ter.

Em seguida ao evento esportivo, entre 15 e 20 de agosto de 1960 foi feito, em Lisboa, o I Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física. O diretor da Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Alfredo Colombo, professor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (Enefd), foi o responsável por organizar

² Rampinelli (2007) lembra que a ideia surgira originalmente em 1917, lançada por Bettencourt Rodrigues.

³ A ideia de comunidade lusófona, por exemplo, foi o tema central do IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, em 1959, em Salvador. Chefiava a delegação de Portugal nada menos do que Marcelo Caetano, na altura reitor da Universidade de Lisboa, futuro presidente do Conselho de Ministros.

⁴ *Diário de Lisboa*, Lisboa, ano 40, n.º. 13.525, 4 de agosto de 1960, p. 6.

a delegação do Brasil e conseguiu verbas federais para 15 passagens (o governo português ficou responsável pelas hospedagens), distribuídas para representantes das escolas de educação física dos estados e técnicos da própria Divisão. Além disso, viajaram com recursos públicos docentes da Enefd e da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

Embora não tenha sido o tema central do debate, algumas conclusões apontaram claramente para a ideia de luso-brasilidade. Sugeriram-se: criação de uma Sociedade Luso-Brasileira de Educação Física; discussão de uma terminologia desportiva em comum; maior número de intercâmbios técnico-desportivo; estímulo à produção de obras em português.⁵

Os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros e o Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física – 2ª edição – Brasil – 1963

O alinhamento da política externa brasileira às questões que interessavam a Portugal, posicionamento eivado de “sentimentalismo” pouco pragmático, trouxe prejuízos à imagem do país:

O apoio brasileiro ao colonialismo luso, mesmo que discreto, ajudou a dar fôlego à manutenção da presença portuguesa na África. Embora o Brasil não tenha mantido uma política irrestrita de apoio a Portugal, e nem mesmo consensual no plano interno, a imagem do país ficou prejudicada e a diplomacia brasileira teve que se esforçar em dobro para dar uma satisfação coerente aos países africanos (Penna Filho, 2006, p. 1).

Por compreender que não trazia ganhos políticos e econômicos para o Brasil, entre outros motivos, os governos seguintes, Jânio Quadros e João Goulart, tentaram entabular mudanças na forma de relacionamento com Portugal, no âmbito da chamada Política Externa Independente. O interesse claro, para além de questões ideológicas, era começar a garantir espaço para os produtos brasileiros nas novas nações africanas que se forjavam, nas décadas de 1950 e 1960, com o processo de descolonização.

A despeito da nova orientação, no máximo o país passou a ser mais dúbio no que se refere à questão da autodeterminação das colônias africanas. De qualquer forma, ainda seguia muito do anterior apoio a Portugal, que continuava a mobilizar fatores sentimentais, incentivado pelo grande número de portugueses que viviam no Brasil, por um setor da imprensa e por uma parte dos intelectuais e diplomatas brasileiros (ainda que outra parte desses também demonstrasse oposição ao alinhamento) (Penna Filho, 2006).

A influência desse novo quadro é claramente perceptível nos II Jogos Desportivos Luso-Brasileiros, de 28 de julho a 11 de agosto de 1963, em 13 cidades brasileiras. Os discursos sobre o evento, em geral, pouco lembram as exaltações comuns por ocasião da primeira edição, ainda que sejam observáveis manifestações de simpatia, mais intensas por

parte dos portugueses, como vemos nas palavras de Baltasar de Rebelo Souza, chefe da delegação de Portugal:

Embaixada do Desporto talvez se pudesse chamar a nossa missão. E isso quer dizer Embaixada da Amizade mais pura, porque o Desporto é, para além de todo o mérito de técnica de valorização humana, uma dos eficientes instrumentos de aproximação entre os povos e, portanto, um dos autênticos caminhos da paz (...). Neste caso particular, de brasileiros e portugueses, os laços que nos prendem transformam os nossos encontros em fraternas jornadas de verdadeira exaltação do forte sentimento que possuímos: de uma grande e promissora Comunidade.⁶

O mesmo pode se observar no que se refere ao Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física, no Rio de Janeiro, de 9 a 13 de agosto de 1963. De um lado, em alguns discursos percebe-se a exaltação de ideias tipicamente lusotropicalistas. Vejamos o posicionamento de Jayr Jordão Ramos, em artigo publicado na edição dos Arquivos da Enefd que antecedeu o evento: “Bibliografia luso-brasileira de educação física” (1962). A iniciativa é apresentada como “contribuição para o intercâmbio cultural e fraternal, no campo das atividades físicas, entre especializados portugueses e brasileiros” (Ramos, 1962, p. 9). Nessa ocasião, o autor elogia os Congressos Luso-Brasileiros:

A identidade da língua, o paralelismo histórico, religioso, filosófico, cultural e tradicional que existe entre os dois povos e mesmo os particularismos que os distinguem, sem os separar, definem um ambiente mental e espiritual que do ponto de vista pedagógico, e mesmo metodológico, pode ser particularmente útil ao problema da Educação Física nos dois países (Ramos, 1962, p. 10).

De outro lado, há um menor número de manifestações sentimentais e de alinhamento político. As próprias seções estavam mais sintonizadas com as discussões relacionadas à educação física no cenário internacional.⁷ Somente em três dos 59 itens das conclusões se aponta para a questão da relação Brasil-Portugal, mesmo assim de forma tímida: “37 – É vantajoso o intercâmbio de professores e alunos; 38 – É possível o intercâmbio de alunos do Brasil e Portugal, contanto que os dois países encontrem uma fórmula de equivalência; 39 – Deve haver maiores facilidades para trocas de comunicações, cedência de filmes e de teses de uma Escola para as outras, tanto brasileiras quanto portuguesas” (p. 27).⁸

Um dos itens aprovados se afasta mesmo dos elogios aos portugueses e demonstra certa independência dos brasileiros na forma de conceber o movimento, uma conclusão bem

⁶ *Diário de Lisboa*, Lisboa, ano 43, n.º. 14.592, 30 de julho de 1963, p. 10.

⁷ O congresso foi estruturado em cinco seções: Educação Física Escolar e Recreação; Preparação Desportiva; Formação Profissional; Medicina Aplicada a Educação Física; Temas Livres. Foram apresentados 94 trabalhos, 11 de Portugal (dois de Angola), um da Bélgica e o restante do Brasil.

⁸ II Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física (Rio de Janeiro, de 9 a 13 de agosto de 1963). *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n.º. 94, jun. 1964, p. 26-30.

⁵ Foram apresentados 37 trabalhos de Portugal (somente um relativo a uma colônia africana), 19 comunicações do Brasil e quatro de outros países (uma da França, uma da Argentina e duas da Bélgica).

adequada ao contexto da política externa brasileira da ocasião:

Recomenda-se que, no próximo Congresso, sejam apresentadas (...) à consideração dos brasileiros outras comunicações referentes à África Portuguesa, para que, melhor conhecendo as possibilidades e limitações da Metrópole, no que concerne à problemática das Províncias Ultramarinas, possam nelas se apoiar de maneira inequívoca, para uma apreciação mais justa dos meios com que o Governo Português assiste as populações provinciais autóctones (p. 30).

Os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros e o Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física – 3ª edição – Portugal (metrópole e províncias ultramarinas⁹) – 1966

A terceira edição dos eventos se deu em meio a um novo quadro de relações entre os países. Com o golpe militar de 1964, houve um refluxo das posições contrárias e um novo impulso das favoráveis aos relacionamentos com Portugal. Em 1966, o Brasil chega a reconhecer que não deveria haver interferências externas no que se refere às províncias ultramarinas portuguesas por essas serem não territórios autônomos, mas sim partes efetivas daquele país.

A despeito desse posicionamento, é importante perceber que não se tratava do mesmo alinhamento observado no período Kubistchek, até porque o Itamaraty deu sequência à busca de atender aos interesses comerciais do Brasil, iniciativa originalmente desencadeada no momento da Política Externa Independente. De qualquer forma, a fala do ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, é explícita da natureza do relacionamento no primeiro momento do regime de exceção:

É irrestrita a nossa confiança em Portugal, a respeito do futuro de suas unidades territoriais ultramarinas. Não deriva essa confiança de quaisquer fantasias ou artifícios. O Brasil não pode julgar a missão civilizadora de Portugal no Ultramar sem ter em mente a própria experiência nacional, sem levar em consideração a política colonizadora portuguesa em nosso país, política hoje pacificamente qualificada de providencial pela história e a sociologia. O Brasil não crê que os portugueses possam estar fazendo hoje em Angola e Moçambique obra distinta da que realizaram em nosso país. Daí deriva a nossa confiança em Portugal, confiança que reafirmamos a cada momento, conscientes de que Portugal saberá encontrar nas tradições de seus maiores os caminhos que o levarão a um desfecho digno do atual impasse ultramarino (Magalhães, 1966, apud [Penna Filho, 2006](#), p. 35).

Nesse quadro, de 14 a 29 de julho de 1966, 13 cidades da metrópole e oito das províncias (entre as quais Luanda e Moçambique) receberam mais de 600 atletas

(149 brasileiros) para os III Jogos Desportivos Luso-Brasileiros. Na cerimônia em que publicamente foi confirmada a competição, em Lisboa, em 1965, o governo português já explicitava suas intenções:

Um facto especialmente relevante há, porém, que assinalar, no que se refere aos Jogos de 1966. É que neles, Portugal mostra pela primeira vez a sua verdadeira face multiterritorial. Portugal surge nestes Jogos como uma pequena-grande Nação europeia, africana e asiática. Se tal realidade já era patente ao atentarmos na etnologia dos atletas participantes, faltaria porventura a sua demonstração afectiva, geográfica.¹⁰

De fato, as equipes nacionais portuguesas já contavam com atletas originários das províncias africanas e asiáticas, mas era ainda mais estratégico demonstrar que o ultramar era considerado como parte efetiva do país, bem como que o governo tinha controle sobre seu território, a despeito dos conflitos coloniais, apresentados como restritos a pequenos espaços atacados por “terroristas”.

Não surpreende, assim, que Portugal tenha envolvido tantos órgãos governamentais e feito grandes investimentos para que tudo saísse da melhor forma. Foi até mesmo concedido um recurso orçamentário extra para fazer frente aos gastos necessários.¹¹ As altas despesas não se deveram somente aos gastos nos dias do evento, mas também à preparação das instalações, já que o governo português optou por distribuir as provas por muitas cidades.¹²

Em todas as sedes dos Jogos, os brasileiros foram sempre recebidos com pompa em cerimônias marcadas por discursos, de ambos os lados, que exaltavam a relação de amizade entre os povos. Por exemplo, na abertura das competições em Moçambique foi lida a seguinte saudação:

Os nossos visitantes brasileiros voaram, da América à Europa, dali à África para sentirem de perto o sortilégio desta grande comunidade lusíada em que a língua de Camões e de Bilac é ponte indestrutível, erguida pelo gênio português sobre o tempo e a distância.¹³

Fazendo eco a tal posição, o general Antonio Castro Filho, chefe da delegação brasileira, lembrou que Afrânio Peixoto dizia que Camões e o Brasil foram as principais obras portuguesas do mundo. Já o almirante Heleno de Barros Nunes assim se pronunciou, para gosto das autoridades de Portugal:

Temos a certeza de que esses quase duzentos brasileiros da nossa embaixada que aqui vieram voltam à sua pátria como mensageiros e portadores das melhores impressões que se podem recolher de uma cidade civilizada, pela sua limpeza, traçado urbanístico, civilidade e cultura do seu povo. Que grande obra esta aqui realizada.¹⁴

¹⁰ Boletim Geral do Ultramar, ano 41, n°. 486, dez. 1965, p. 180.

¹¹ Diário da República. Portaria n°. 21.994, 12 de maio de 1966, Ministério do Ultramar – Direcção-Geral de Fazenda.

¹² O governo teve ainda de abrir um crédito especial (1059804\$88) para pagar as despesas pendentes. Portaria n°. 22.846, 26 de agosto de 1967, Ministério do Ultramar – Direcção-Geral de Fazenda.

¹³ Boletim Geral do Ultramar, ano 42, n. 493, jul. 1966, p. 226.

¹⁴ Boletim Geral do Ultramar, ano 42, n. 493, jul. 1966, p. 226.

⁹ A partir de 1951, com a revogação do Ato Colonial, as colônias passaram a ser denominadas “províncias ultramarinas”, um suposto sinal de maior integração do Império.

Esse tipo de discurso também foi comum nas atividades do III Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física, em Luanda, de 20 a 29 de julho de 1966. A escolha da sede, aliás, deveu-se aos mesmos motivos já assinalados para o caso dos Jogos:

Ao eleger-se a cidade de Luanda para a realização do III Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física, pretendeu-se, por um lado, que nesta autêntica metrópole de lusitanidade portuguesas e brasileiros pudessem através de um diálogo esclarecido, estreitar e reforçar a mútua compreensão, que cada vez mais nos distingue, individualiza e honra no mundo de hoje.¹⁵

Vemos, por exemplo, reflexos do novo alinhamento com Portugal em um dos discursos de Jayr Jordão Ramos, proferido em uma das muitas cerimônias. Ramos ressaltou o multirracismo que caracterizaria os dois países e a amizade existente entre seus povos, enfatizou reconhecer a vastidão territorial portuguesa (isso é, as províncias deveriam ser vistas como parte efetiva do país) e exaltou “o mundo criado pelo português e também o mundo brasileiro, onde tudo os une e nada os separa”.¹⁶ É explícito o uso de ideias lusotropicalistas.

As maiores expressões de “lusobrasileirismo” foram mesmo perceptíveis nas homenagens feitas a dois personagens insígnias da educação física de Portugal: Mário Gonçalves Viana e Noronha Feio. No discurso de saudação, Jayr Jordão Ramos faz questão de “consignar uma lágrima de saudade pelos que já se foram, em particular pelos que, na África, com os olhos voltados para a Pátria, tombaram no cumprimento do dever” (p. 52).¹⁷

Ramos fez claramente uma conexão entre a instabilidade política de Angola, em função dos conflitos anticoloniais, a instabilidade pela qual passava o Brasil, em função dos movimentos de contestação ao golpe de 1964, e as tensões que percorriam todo o mundo naquela década de 1960: “Num mundo cheio de incertezas e dificuldades, de preconceitos ideológicos a agressões, cada vez mais se firmou no nosso espírito a necessidade, para o bem da Humanidade, de maior entrelaçamento político, cultural e social entre Portugal e Brasil”.¹⁸

Em todos os momentos salta aos olhos a subserviência dos brasileiros aos portugueses. O argumento para tal era a referência (e uma reverência) ao passado (uma visão enviesada pelas ideias lusotropicalistas): “Os Delegados Brasileiros ao Congresso de Luanda, convictos da sábia política portuguesa do multirracismo, da qual o Brasil é a melhor demonstração, ofereceu-lhes um modesto mimo, criado para simbolizar os elos indestrutíveis da Comunidade Luso-Brasileira” (p. 52).¹⁹

Como no caso dos Jogos, no evento científico o governo português se esmerou para demonstrar tanto os supostos avanços da província quanto seu próprio compromisso com os que viviam no Portugal europeu. Por exemplo, foram programadas exposições de escolas locais (como o Liceu de Beira) e da metrópole (como o Colégio Militar), deslocadas para Luanda para explicitar “o interesse do Governo Português pelo Congresso e a importância que dá à Educação Física como fator de integração social da juventude” (p. 47).²⁰

O programa foi extenso. Além das sessões científicas e das exposições, houve muitas atividades sociais, a fim de apresentar a beleza urbana e rural de Angola, o progresso local, bem como a gentileza do povo: passeios, visitas, jantares, festas, recepções.

A programação científica também expressou uma maior preocupação com as províncias ultramarinas, incorporou certos temas mais afeitos ao “mundo luso” para além do Portugal europeu. Duas seções são explícitas dessa opção: “A Educação Física dos povos conforme seu grau de evolução” e “Educação Física nos países quentes”. Outra seção que merece destaque pelo enfoque é “Maneira de desenvolver a atividade ginno-desportiva luso-brasileira nas suas relações com o desenvolvimento cultural e econômico de ambos os países”. Mesmo que ainda em número reduzido, foi a edição do congresso em que foram apresentados mais trabalhos sobre as províncias: cinco.²¹

As conclusões reforçam a apreensão de que o evento desenvolveu-se explicitamente nos marcos que caracterizavam a política externa e o discurso de parte significativa de intelectuais e dirigentes brasileiros e portugueses naquele momento.

Conclusão

Pelo visto, a Comunidade Luso-Brasileira não é de hoje, é uma constante de todos os tempos. Não é mera expressão sentimental, de simples efeito histórico e convencional, mas uma realidade, sempre presente na existência histórica do Mundo Português, porque é um facto político, um fenómeno da história, da psicologia social e da sociologia.²²

É possível perceber que os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros e os Congressos Luso-Brasileiros de Educação Física (1960-1966) estiveram muito influenciados pelas características dos relacionamentos estabelecidos entre Brasil e Portugal no âmbito da política externa, algo que foi marcado por um grande sentimentalismo e por uma leitura do passado entabulada a partir das ideias lusotropicalistas de Gilberto Freyre. A primeira edição dos eventos teve relação com o fluxo inicial de discursos de exaltação da luso-brasilidade. A segunda foi uma expressão do refluxo do alinhamento dos países. A terceira explicita o grande esforço

¹⁵ Boletim Geral do Ultramar, ano 42, n. 493, jul. 1966, p. 230.

¹⁶ Boletim Geral do Ultramar, ano 42, n. 493, jul. 1966, p. 229.

¹⁷ Educação física através do mundo: reportagem sobre o III Congresso Luso Brasileiro de Educação Física. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 36, n. 96, 1967, p. 45-52.

¹⁸ Boletim Geral do Ultramar, ano 42, n. 493, jul. 1966, p. 232.

¹⁹ Educação física através do mundo: reportagem sobre o III Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 36, n. 96, 1967, p. 45-52.

²⁰ Educação física através do mundo: reportagem sobre o III Congresso Luso Brasileiro de Educação Física. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, ano 36, n. 96, 1967, p. 45-52.

²¹ O evento envolveu 86 congressistas, 20 do Brasil, 65 de Portugal e um da França.

²² Boletim Geral do Ultramar, ano 42, n. 493, jul. 1966, p. 232.

português na busca de manter o velho aliado que, embora uma vez mais próximo, já dava sinais de afastamento.

Um interessante posicionamento que reforça nossa conclusão é o de Augusto Simões, um dos parlamentares portugueses mais ativos na defesa do esporte, palavras proferidas na 41ª sessão da IX Legislatura da Assembleia Nacional, em 25 de março de 1966.²³

Já no início de sua fala, a visão idealizada de Simões vai ao encontro dos argumentos sentimentais do governo português:

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não se trata, como é bem sabido, de uma mera pugna desportiva em que os atletas procuram, cobiçosos, somente e apenas as vitórias, em busca de medalhas douradas ou do prestígio mais ou menos efêmero que essas vitórias naturalmente produzem!

Em vez dessa cobiça, que neste conturbado Mundo domina as grandes competições internacionais e já desvirtuou os nobilíssimos ideais do desporto puro que nos foram legados pelos Gregos, seus cultivadores nas Olimpíadas, os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros são antes a afirmação clara e indelével da mais alta fraternidade entre duas pátrias, dentro dos grandes princípios da ética do desporto.

Ao lembrar a primeira edição do evento, Simões fez questão de exaltar a importância de João Havelange: “Ninguém como ele sentiu com tanta intensidade que sem esta competição desportiva haveria uma permanente lacuna no funcionamento da Comunidade Luso-Brasileira”. De outro lado, o deputado não deixou passar despercebido que por ocasião da segunda edição “não corriam muito de feição para nós as relações entre Portugal e o Brasil”. Todavia, no seu ponto de vista, “as autoridades e o povo brasileiro receberam tão cordialmente a embaixada dos desportistas portugueses” que “o que não tinha sido conseguido pela diplomacia e pela política fora alcançado pelo desporto”.

Por fim, inferiu que a terceira edição seria marcada por “uma forte afirmação de que a Comunidade Luso-Brasileira está cada vez mais fortalecida nos seus imutáveis mandamentos”, até porque “terão por cenário os portugueses ambientes de muitas cidades das nossas províncias de Angola e de Moçambique”. Assim, concluiu: “Nada, absolutamente nada do que se faça, será demasiado para demonstrarmos aos nossos irmãos brasileiros até que ponto lhes ficamos gratos pela sua vinda a Portugal”.

Com tanta relação com o âmbito da política externa, não surpreende que o IV Congresso, programado para o Brasil, não tenha sido feito. Quanto aos Jogos, ainda houve mais duas edições, a de 1969, no Brasil, e a de 1972, em Portugal, sem a mesma repercussão das anteriores. De um lado, os países passavam por um momento político turbulento, o Brasil vivia o auge das tensões de sua ditadura militar e Portugal caminhava para o fim de seu longo período ditatorial e do seu tão acalentado Império. De outro lado, na transição

dos anos 1960 e 1970 o Brasil mudava definitivamente de postura no que se refere às províncias ultramarinas.

Saraiva (1997) chama esse período, de 1967 a 1979, de “anos dourados da política africana”: o governo brasileiro, na intenção de conquistar novos mercados, passou a mobilizar os supostos laços existentes entre o país e a África. Para superar a desconfiança das novas nações daquele continente, em função das posições que tomara por sua ligação com Portugal, o Brasil teve de definitivamente romper com os interesses do antigo colonizador.

Interrompidos os eventos na transição dos anos 1960/1970, iniciativas semelhantes somente foram promovidas na década de 1990, exatamente quando se tornou mais concreta a ideia de formação da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), delineada em 1989 e oficialmente criada em 1996. Os congressos, com denominação distinta, começaram a ser organizados em 1989.²⁴ Quanto aos eventos esportivos, só a partir de 1992 passaram a ser feitos com o nome de Jogos Desportivos da CPLP.²⁵

Esses eventos ainda não foram devidamente avaliados. Os posicionamentos sobre eles têm sido majoritariamente dedicados a elogiar ou ressaltar *a priori* a sua importância, sem uma discussão mais profunda. Não é o objetivo deste estudo proceder a tal avaliação, mas, tendo em conta o que ocorreu na década de 1960, podemos perguntar: não estaríamos a repetir velhos argumentos lusotropicalistas, sentimentais e/ou pautados numa suposta missão civilizatória portuguesa? Vale a pena ter em conta a percepção de Castelo (1998) sobre a permanência das ideias de Freyre: “A influência do luso-tropicalismo ter-se-á alargado, progressivamente, do campo cultural para o campo político, e deste para o das mentalidades” (p. 14).

Se isso estiver acontecendo, não estaríamos considerando as ocorrências do passado: somente entendendo as aporias e os paradoxos que cercam a concretização da CPLP,²⁶ podemos caminhar para a consolidação de um movimento que possa efetivamente trazer contribuições para os países envolvidos e para a própria operacionalização da ideia de comunidade lusófona a partir de outros patamares que não os do passado.

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Bolsa de Produtividade em Pesquisa).

Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

²³ Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=r2.dan>. Acesso em: 14 de dezembro de 2011.

²⁴ A primeira edição foi feita no Rio de Janeiro. O evento está na 14ª edição, já foi promovido no Brasil, em Portugal, em Moçambique e até mesmo na Espanha (em La Coruña).

²⁵ A partir de 2006 passaram a também ser feitos os Jogos da Lusofonia. Há duas diferenças básicas entre os dois eventos: nos Jogos da CPLP somente é permitida a participação de atletas menores de 16 anos; os Jogos da Lusofonia envolve localidades que têm alguma relação com a língua portuguesa, mesmo que não pertençam à CPLP.

²⁶ Para uma discussão sobre as polémicas ao redor da CPLP e da ideia de lusofonia, ver Freixo (2009).

Referências

- Castelo C. *O modo português de estar no mundo': o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto: Afrontamento; 1998.
- Ferreira M. "As comemorações do primeiro centenário da independência brasileira ou a exaltação de uma modernidade luso-brasileira". In: Reis DA, Rolland D (orgs.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008. p. 119-140.
- Freixo A. *Minha pátria é a língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Apicuri; 2009.
- Gonçalves W. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. *Tensões Mundiais*, Fortaleza. 5 (8) 2009. p. 265-290.
- Penna Filho P. A evolução da política africana do Brasil Contemporâneo. In: Fernandes LO, Fonseca R (orgs.). *I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais*: nossa história com todas as letras. Mariana: Editora UFOP, 2006. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/memorial/conf/mr4d.pdf>>. Acesso em: 8 de dezembro de 2011.
- Pimenta FT. *Portugal e o século XX: Estado-Império e descolonização (1890-1975)*. Lisboa: Edições Afrontamento; 2010.
- Ramos JJ. *Bibliografia luso-brasileira de educação física (1959-1960)*. *Arquivos da Enefd* 1962;18(17):9-54.
- Rampinelli WJ. A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. *Lutas Sociais* 2007;17/18:83-98, São Paulo.
- Santos PM, Amorim P. "As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945)". In: Sousa F, Santos PM, Amorim P (orgs.). *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: CEPESE, 2010. p. 121-140.
- Saraiva JFS. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: EdUnB; 1997.